

**A AUTOIDENTIDADE EM FERNANDA YOUNG:
UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA E SOCIOLÓGICA DA LEITURA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Juliane de Araujo GONZAGA¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar semiótica e sociologicamente algumas cartas da autora Fernanda Young publicadas na revista *Cláudia*. Tendo em vista os temas abordados pela autora e a questão da leitura na sociedade contemporânea, analisamos este material linguístico a partir de determinados estudos sociológicos desenvolvidos no campo da modernidade. Desse modo, pretendemos compreender como os textos de Fernanda Young constroem uma autoidentidade da mulher contemporânea e como abordam a transformação da intimidade na modernidade. Para tanto, exploramos o conceito de “reflexividade do eu” proposto por Giddens (2002) e as reflexões de Beck (2010) no domínio da intimidade. Nesse sentido, verificamos como são construídos os papéis de gênero nas relações conjugais e como as práticas sociais influenciam os modos de dizer e pensar o corpo e a sexualidade feminina. No que diz respeito à análise semiótica, adotamos pressupostos greimasianos, a fim de descrever e compreender os mecanismos intradiscursivos responsáveis pela geração de sentidos, considerando o material de análise um objeto histórico que mantém relações com as práticas sociais no contexto da modernidade. Por fim, pretendemos compreender como e por quais razões esses textos são lidos como são lidos na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica. Sociologia. Identidade. Intimidade. Modernidade.

Introdução

A revista *Cláudia* é conhecida como uma revista voltada para o público feminino cuja faixa etária vai de vinte e cinco a quarenta e cinco anos. As leitoras de *Cláudia* são mulheres que se preocupam com o desenvolvimento de seus filhos, a estabilidade do casamento e seu êxito profissional; temas que são abordados a partir de um ponto de vista moderado, isto é, a revista não adota um tom “libertário” nem “ousado”. A postura da *Cláudia* é, portanto, mais conservadora, se comparada a revistas como a *Nova* e a *Elle*, por exemplo. Nesse sentido, parece válido considerar o papel do suporte em questão, pois seu perfil influencia diretamente na configuração textual do objeto de análise.

A escritora Fernanda Young é conhecida por abordar temas como sexo, casamento e filhos, ora com um tom crítico e irônico, ora com um tom bem-humorado, que evidencia e

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, PPGL/UFSscar. São Carlos, São Paulo. Email para correspondência: gonzagajuliane@gmail.com.

legítima imagens e comportamentos convencionalmente femininos. Sua coluna, “Cartas de Fernanda Young”, teve inicialmente um lugar específico na revista: a última página. A localização no final da revista permite-nos pressupor que a intenção dos editores era de certa forma apresentar um não comprometimento com o que é dito por Young. Trata-se de uma estratégia discursiva que consiste em oferecer o espaço final da revista, a fim de demonstrar, implicitamente, que a colunista goza de certa liberdade de expressão, podendo dizer o que quiser e como quiser. Assim, os temas e os tons empregados configuram-se perante o leitor, como de inteira responsabilidade de Young e não da revista.

No entanto, as últimas edições de *Cláudia* passaram a publicar as cartas de Fernanda Young em outro ponto da revista. As cartas são publicadas atualmente no início da publicação, logo em seguida da coluna de Danuza Leão, o que pode significar uma abertura maior para a escritora, devido a fatores como o sucesso e a boa aceitação do público. Desse modo, a coluna de Fernanda Young representa uma trajetória editorial, marcada por um período inicial de aceitação, seguido de êxito, o que comprova a relevância dada pela revista às opiniões da autora quanto a questões cotidianas do feminino.

Neste artigo, pretendemos desenvolver um trabalho que trate da questão da modernidade a partir de alguns textos de Fernanda Young coletados na revista *Cláudia*. Para tanto, selecionamos textos que abordam a questão da intimidade e da individualização, e que apresentam um sujeito responsável pela “construção da autoidentidade” (GIDDENS, 2002), bem como o processo de “transformação da intimidade” (GIDDENS, 1992). Desse modo, destacamos três textos: “Prezada mulherzinha,”, “Ao clitóris” e “Para o seu marido”. São textos que tratam diretamente de questões próprias da modernidade e que explicitam a posição da autora em relação ao senso comum e à construção de estereótipos. Esses textos serão abordados do ponto de vista sociológico e, posteriormente, analisados semioticamente, a fim de evidenciar e explicar esses fenômenos sociais e os mecanismos linguísticos utilizados por Young para a construção da enunciativa em questão.

A construção da autoidentidade e a transformação da intimidade na sociedade contemporânea

Considerando as cartas de Fernanda Young e seu contexto de produção, destacamos determinadas questões sociológicas que se relacionam com a modernidade. De um modo

geral, verificamos que os textos de Young apresentam diversos “dilemas” associados à modernidade, mais especificamente, “dilemas” vividos pela mulher na sociedade. Dilemas como a incerteza, a insegurança, a estética do corpo, os papéis de gênero, a intimidade e a sexualidade são os principais temas sociológicos que podemos identificar em suas cartas. Desse modo, abordaremos o tema da modernidade para então discutir os conceitos de autoidentidade e transformação da intimidade à luz dos pensamentos dos sociólogos Anthony Giddens (2002) e Ulrich Beck (2010).

A modernidade é tema frequente de estudos que procuram determinar suas consequências na sociedade. Giddens (2002) e Beck (2010) abordam essa questão relacionando-a à questão da identidade e, sobretudo, às transformações na intimidade. Nesses estudos, a questão da modernidade é examinada juntamente àquela da tradição, uma vez que as primeiras instituições da modernidade levam em consideração todos os aspectos preexistentes da tradição. A modernidade mantém com a tradição uma relação de “reinvenção”, pois quebra valores passados e reformula novos valores. Nesse sentido, a modernidade representa uma descontinuidade, uma ruptura com antigas ideias e práticas sociais.

Uma das principais consequências da modernidade se deu no modo de pensar a sociedade. No período da pré-modernidade, prevalecia a ideia de comunidade una e centrada, já na modernidade, a sociedade passou a ser considerada como dividida em classes antagônicas e grupos de interesses distintos. No cotidiano das relações sociais, Giddens (2002) destaca a existência de um sentimento de “desorientação”, isto é, os sujeitos não compreendem o que ocorre na vida social. Além de modificar as relações entre os indivíduos, a modernidade também transformou a percepção individual e coletiva de sensações como segurança e perigo. Assim, “a modernidade rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-a por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes tradicionais” (GIDDENS, 2002, p. 38).

A experiência global da modernidade influencia e é influenciada pelas instituições modernas nas atividades da vida cotidiana. Os sujeitos são tomados por uma sensação de mal-estar, que culmina na visão de um mundo inseguro e incerto. Viver na modernidade é viver na iminência de surpresas e riscos que desestabilizam a visão do futuro e sua relação histórica com o passado e o presente. Além disso, o sentimento de “desorientação” perceptível nas

comunidades locais, também se faz presente na vida íntima de cada indivíduo. Todas as características íntimas da vida pessoal e do “eu” interligam-se indefinidamente no tempo e no espaço. As experiências do cotidiano e suas consequências mostram-se tão abertas e inacabadas quanto as que influenciam a humanidade como um todo (GIDDENS, 1991).

Vivemos em um cenário onde a incerteza rege as opções e as decisões de cada indivíduo. O cotidiano, então, tornou-se espaço de diversas negociações, resistências e inovações. Nesse contexto, temos um sujeito descentrado e fragmentado, que acaba por assumir uma postura autônoma em relação ao seu desenvolvimento, ao seu estilo de vida. Isto é, a modernidade tem como efeito sujeitos que constituem sua própria identidade sempre baseados em categorias e padrões sociais (GIDDENS, 1991).

A partir disso, Giddens (2002) apresenta a noção de *reflexividade do eu*, que se dá pelo processo de “desincorporação” e “reincorporação” de atitudes e estilos de vida impostos pela sociedade. De acordo com esse processo, os sujeitos devem, eles mesmos, produzir, representar e conduzir suas “próprias biografias”. No entanto, o autor adverte que, mesmo impostas sob a forma de normas, cabe ao indivíduo aceitá-las ou não. Nesse sentido, o “eu” é um projeto reflexivo, pois, “somos não o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos” (GIDDENS, 2002, p. 74). Trata-se de um processo ininterrupto, ou seja, que está em constante transformação, sendo renovado por novas práticas de reflexividade.

A reflexividade do eu não se restringe apenas às escolhas e às adequações na biografia do indivíduo, ela também se estende ao corpo. O sujeito tem, então, uma consciência do corpo que se compara a regimes tradicionais e que constrói um “eu” diferenciado, porém, coeso e unificado. Essa trajetória corresponde ao controle do corpo e da mente, à constituição de um modelo de aceitação na sociedade, que pode ser interpretado como os ideais de forma e beleza. Os textos de Young explicitam a relação entre o corpo e os padrões impostos pela sociedade – que podem ou não ser aceitos por sua leitora – e a trajetória do “eu” na integração de experiências e escolhas a normas estabelecidas socialmente.

Outro aspecto a ser ressaltado no texto de Young é a sensação constante de “tensão” sofrida pela mulher. A escritora enumera uma série de atitudes que se enquadram no modelo de aceitação social, como tentativa de demonstrar uma “disputa” por superioridade entre as mulheres. São atitudes contraditórias que levam Young a afirmar que a mulher está “simulando uma modernidade” inexistente, quando fala de “feitos sexuais”, “sexo casual” e desprendimento sentimental. De acordo com Giddens (2002), a modernidade impõe

perturbações, ansiedades e contrariedades aos sujeitos, que são levados a constituir novas identidades como forma de lidar com esta perspectiva moderna. A constituição de autoidentidades tem, então, consequências psicológicas como a vergonha e a culpa, que, na visão do autor, tensionam-se na segregação da experiência do indivíduo.

Nesse ponto, é possível retomar o discurso de Freud (1997), que assinala a culpa como efeito da sublimação dos desejos e dos impulsos, e a sensação de mal-estar na civilização por não corresponder a normas de conduta social. O que é questionado por Giddens, que prefere pensar a culpa como uma “transgressão moral”, isto é, a culpa é efeito de “mecanismos extrínsecos aos sistemas internamente referidos da modernidade” (2002, p. 143). O autor prefere, portanto, diferenciar “culpa” e “vergonha”, pois considera a “vergonha” como efeito direto da dita “confiança básica”, uma vez que, diferentemente da culpa, a vergonha afeta de modo preciso a segurança do “eu” e dos meios sociais.

Assim, a reflexividade do eu cria uma autoidentidade que quanto mais internamente referida está, mais abertura dá à sensação de vergonha. O sujeito não vive mais em função de preceitos extrínsecos, mas sim, através da organização reflexiva do “eu”. A sociedade moderna impulsiona o sujeito a empreender uma busca do “eu”, a partir da autoidentidade que funciona como alternativa a esse sentimento de vergonha, à ausência de confiança em si próprio. Além disso, é necessário ressaltar o papel do “outro” nessa tensão do “eu”, uma vez que a busca da autoidentidade não pode ser vista somente como forma de lidar com perturbações da modernidade, mas também, com a descoberta do “outro”. É a partir da descoberta do “outro” que o sujeito validará sua autoidentidade, legitimando a existência de um padrão não-estático, isto é, de um conjunto de condutas em constante transformação.

Tendo em vista as práticas *reflexivas*, verificamos outro tema sociológico diretamente ligado à identidade: a questão do gênero. Para Giddens (2002), o sujeito se vale de valores tradicionais que regulam ações e escolhas no meio social. Com a modernidade, tais valores não só se renovaram como também se multiplicaram. Se antes havia apenas uma verdade, hoje a *modernidade reflexiva* deu origem a várias verdades. O sujeito tem de recorrer a diversos referenciais e valores, além de optar entre várias opções para construir seu próprio estilo de vida. É a partir dessa concepção de sujeito na modernidade que autoras como Scott (1995) e Butler (1990) desenvolvem a noção de gênero.

Segundo as autoras, a noção de gênero se contrapõe à visão do sujeito uno e imutável, articulando-se muito mais àquela do sujeito plural e cambiante. O gênero está associado aos

papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, de modo que, dependendo do espaço e das práticas, tais papéis podem sofrer transformações e reorganizações. Dito de outro modo, o gênero nada mais é que um construto social e histórico.

As práticas da sociedade contemporânea demonstram que, de modo geral, o homem é mais valorizado que a mulher, o que se deve à força do arranjo social em que vivemos. A fim de evitar categorizações que favoreçam disputas de superioridade, Butler (1990) afirma que as diferenças entre os gêneros não são apenas efeito de verdades construídas socialmente, mas, sobretudo, de relações de poder estabelecidas nos mais diversos âmbitos da sociedade. Para tanto, invoca a noção de *poder* de Foucault (1999), que o situa como uma prática no cerne das relações interpessoais.

Na sociedade contemporânea, os papéis de gênero tem se organizado de distintas maneiras, ora mantendo valores tradicionais, ora concretizando rupturas. A prática constante da reflexividade tem como efeito a construção e reorganização de papéis para homens e mulheres. No campo profissional, verificamos o que Giddens (2002) denomina *deslocamento duplo*, isto é, o movimento e a transformação dos papéis de gênero na contemporaneidade. Para o sociólogo, a ascensão em grande escala das mulheres na força de trabalho remunerada, bem como a crescente "feminização" de algumas carreiras masculinas, requer uma reorganização de papéis (GIDDENS, 1995).

Apesar disso, o efeito do *deslocamento duplo* ainda não está claro. O cenário social nos mostra que apesar das inúmeras rupturas ocorridas nas relações de gênero, a "ética do crescimento" ainda não foi adotada por toda a população. Os valores tradicionais que legitimam a diferença persistem ainda hoje, pois "muitas mulheres permaneceram de fora e continuaram a viver de acordo com valores diferentes daqueles implícitos no 'puritanismo secularizado'" (GIDDENS, 1995, p. 232).

No que diz respeito à questão conjugal, os papéis de gênero revelam também a complexidade das relações entre os sexos no universo do casamento, evidenciando conflitos próprios da sociedade moderna. Considerando o casamento como uma convenção prestigiada socialmente, que implica valores morais e familiares, percebe-se que a sociedade tende a associá-lo a temas como sexualidade, ternura e paternidade. Essa visão, porém, falha quando desconsidera que o casamento representa muito mais; o casamento também traz imbricações políticas, profissionais e econômicas (BECK, 2010). Trata-se de uma implicação

desequilibrada que promove uma contradição nas relações, cujo principal efeito é a desigualdade entre os gêneros.

Nos anos sessenta, o casamento fazia parte do eixo família-profissão e vinculava-se essencialmente ao planejamento de vida e de biografias pessoais. Com o desenvolvimento de novas práticas, o casamento passou a relacionar-se a novas possibilidades de referenciação. Esses novos referentes levantaram certas questões que colocaram em dúvida: a concretização efetiva do casamento; a constituição da família e o nascimento dos filhos; a ascensão profissional em detrimento do sucesso matrimonial. Toda imagem de unidade, equilíbrio e instituição associada ao casamento, acaba por mascarar e ocultar a “crescente diversidade” das reais situações existentes no plano familiar (pais divorciados, pais de filhos únicos, pais solteiros, padrastos, etc.) (BECK, 2010, p. 151).

A situação do homem e da mulher no casamento, no decorrer das gerações, sofreu e sofre reflexos de novas práticas, de novos modos de se relacionar, que também geraram transformações no domínio da intimidade. Assim, as ligações entre o amor romântico e a intimidade são suprimidas, de modo que o “apaixonar-se” continua vinculado à ideia de acesso a mulheres de boa reputação e virtuosas. Ainda hoje persiste esse comportamento em relação ao casamento: os homens só se casam quando estão seguros da “santidade” ou da boa reputação das mulheres. Quando Young afirma ao enunciatário-marido “*você sabe que sua esposa é especial*”², nota-se a legitimação desse comportamento, o que leva à conclusão de que, se essa mulher não fosse especial nem virtuosa, o homem jamais teria se casado com ela.

No que diz respeito ao sentimento, Giddens (1992) analisa o comportamento masculino essencialmente ligado à conquista, isto é, os homens não são especialistas em amor, mas sim, na arte da conquista, nas técnicas de sedução. Tal fato pode ser considerado um reflexo do abismo existente entre homens e mulheres, afinal, ambos apresentam concepções diferentes acerca da noção de intimidade. Para os homens, é muito mais interessante a obtenção de status perante os outros homens, seja em aspectos materiais, seja por rituais de solidariedade masculina. Diferentemente das mulheres, os homens não interpretaram corretamente o processo da modernidade, o que se deve ao fato de buscarem construir sua autoidentidade no trabalho e não no projeto reflexivo do eu, que requer uma reconstrução emocional do passado que viabilize sua vida futura. Tendo em vista essa “falha”

² O trecho em destaque faz referência ao fato de o marido não ter se casado somente por questões sexuais, mas, sobretudo, por padrões que legitimam a imagem da esposa ideal na sociedade. A materialidade linguística analisada foi extraída da carta “Para o seu marido”, postada em *Cláudia* em 19 de nov. de 2007.

no processo reflexivo, os homens passaram a buscar a resposta inconscientemente nas mulheres, depositando nelas toda sua confiança. Assim, o projeto reflexivo do eu masculino ficou dissimulado nessa dependência emocional em relação ao feminino (GIDDENS, 1992).

Os reflexos do amor confluyente na sociedade se dão a partir de práticas como a separação e o divórcio, que rompem com o ideal da “pessoa especial” e se ligam muito mais à questão da qualidade do relacionamento. Diferentemente do amor romântico, o amor confluyente presume relação de igualdade entre os gêneros quanto à doação e ao recebimento de sentimentos amorosos, e quanto à sexualidade dos indivíduos. A transformação da sexualidade na modernidade recebe influência das práticas do amor confluyente, pois, o relacionamento conjugal passa a encarar o prazer sexual como elemento de reciprocidade, isto é, assume papel fundamental na manutenção ou na dissolução do relacionamento.

Isso não quer dizer que homens e mulheres passarão, progressivamente, a fugir das relações e dos compromissos, mas sim que o referente sexual passa a ter maior amplitude nessas relações. Prova disso é a transformação no comportamento sexual das garotas, que antes não tinham abertura social para o acúmulo de experiências sexuais, ao contrário dos garotos, que tinham acesso privilegiado. Apesar dessa mudança no modo de encarar a sexualidade e o casamento, é possível verificar que os indivíduos não aspiram a “uma vida sem laços”, pois ainda persiste um ideal de relacionamento estável em nossa sociedade (BECK, 2010, p. 152).

Para Beck, essas relações geram efeitos paradoxais, visto que “o ganho em igualdade torna ainda mais evidente à consciência as desigualdades que seguem existindo e aumentando” (2010, p. 150). Isso porque, na modernidade, as jovens mulheres lograram equiparação educacional e consciência de sua situação, criando expectativas de mais igualdade e companheirismo no trabalho e na família. Por outro lado, a postura masculina, seja no mercado de trabalho, seja na família, vem se desenvolvendo em “sentido contrário”, baseada em uma pretensa “retórica da igualdade”, isto é, as palavras dos homens não correspondem a seus atos. Com isso, tem-se na equiparação de pré-requisitos como educação e direito, a legitimação de mais desigualdades entre as posições de homens e mulheres na sociedade (BECK, 2010).

É preciso considerar, ainda, que a libertação das atribuições “estamentais” dos papéis de gênero não afeta apenas a mulher. Essa libertação funciona na mesma medida para os homens, no sentido de alterar seu comportamento e a concepção de si mesmos. Dito de outro

modo, a libertação dos papéis de gênero não está somente na luta cotidiana no mercado de trabalho, mas também e, sobretudo, na distribuição e organização de papéis considerados socialmente femininos, e no modo de relacionar-se com os outros e consigo mesmo (BECK, 2010, p. 156).

Adotando a noção de poder em Foucault (1999), é possível detectar a inexistência de uma paridade, pois o filósofo exclui o discurso do “dominador-dominado” para afirmar a disseminação de práticas no tecido social. Ao invés de pensar em um ponto central de poder – nesse caso, a figura masculina – Foucault prefere pensar em múltiplas relações de poder distribuídas e espalhadas na sociedade. De acordo com essa perspectiva, a inversão dos papéis do homem e da mulher não representa a mudança do locus de poder, ou seja, não legitima o poderio feminino, mas representa uma nova organização social, uma proliferação de novas práticas e novas estratégias discursivas que promovem relações de poder, aparentemente, em favor da mulher. Desse modo, independentemente do polo favorecido, as relações de poder mantêm reflexos de desigualdade nas relações entre os sexos, devido às condições históricas de emergência de enunciados que reiteram essa divisão.

Além das práticas no campo profissional e conjugal, os papéis de gênero seguem em transformação reorganizando também as práticas da sexualidade. Nas cartas de Young, temos alguns exemplos dessas práticas resultantes da modernidade reflexiva. Tais práticas demonstram o modo como a mulher moderna lida com sua própria sexualidade e seu próprio corpo, ou seja, “*sem grilos*”, “*sem cobranças*”, “*sem falsas ilusões*”³. Por outro lado, Young destaca o comportamento sexual feminino na modernidade, que vincula sexualidade à libertação, afinal, a possibilidade de acesso à sexualidade e ao prazer pela masturbação, por exemplo, é considerada uma vitória que “*merece ser comemorada*” pela mulher. Do ponto de vista sociológico, a revolução de que fala Young, insere-se no processo de transformação da intimidade (GIDDENS, 1992), e representa uma maior acessibilidade das mulheres à sexualidade, promovendo uma igualdade sexual entre homens e mulheres.

Considerando a sexualidade como problema próprio do “eu” na modernidade, pode-se dizer que os comportamentos sexuais passaram por transformações na esfera pública e assumiram um caráter político com a eclosão de correntes filosóficas e movimentos revolucionários como o feminista, por exemplo. Para as mulheres, o processo de

³ Fernanda Young (2007) emprega as expressões acima como forma de salientar a “liberação sexual” vivenciada pela mulher na modernidade. A materialidade linguística analisada foi extraída do texto “Ao clitóris”, postado em *Cláudia*, em 19 de nov. de 2007.

transformação da intimidade resultou na conscientização de seu papel como sujeito ativo e responsável pelo próprio prazer sexual, isto é, a sexualidade feminina não depende exclusivamente da performance masculina; trata-se de abolir a perspectiva segundo a qual a mulher deve-se comportar de modo diferente do homem.

Além disso, a transformação da sexualidade promoveu a diferenciação entre sexo e reprodução, fenômeno que Giddens (1992) denomina sexualidade plástica. Tendo em vista as tecnologias conceptivas e anticonceptivas da modernidade, pode-se dizer que o processo de desvinculação entre sexo e reprodução está praticamente completo, e que a sexualidade alcançou autonomia nas práticas e nas relações sociais. Isso significa que, para se reproduzir, o indivíduo não precisa mais da relação sexual, pois pode buscar a reprodução em técnicas médicas; o que também significa que a sexualidade alcança uma “libertação”, podendo estabelecer-se livremente do estatuto biológico da reprodução e sendo praticada para fins de prazer mútuo entre os indivíduos.

A sexualidade plástica foi determinante para a revolução sexual na modernidade, pois desvinculou a sexualidade da reprodução e dos laços de parentesco. Considerando os papéis de gênero, essa revolução sexual não se deu no sentido de promover uma “permissividade sexual”, mas sim de colaborar para a “revolução na autonomia sexual feminina” (GIDDENS, 1992, p. 38). Se antes o prazer sexual feminino era sinônimo de receios quanto a gestações repetidas e à morte, hoje ele representa uma ruptura, uma abertura social, sendo mais desenvolvido no quesito qualidade de vida, do que de determinação de papéis de gênero ou de reprodução.

A postura de Young se relaciona à sexualidade plástica, pois revela práticas próprias da dita “libertação sexual”. O prazer sexual, segundo valores tradicionais, poderia ser obtido somente entre dois sujeitos. Na modernidade, tal prática sofreu transformações, tornando-se possível também individualmente a partir prática da masturbação. Na história das civilizações, a masturbação se desenvolveu como um “segredo”, como um “perigoso fenômeno” que representava riscos para as normas de conduta em sociedade. Nesse sentido, a história da sexualidade encontra a “hipótese repressiva”, intensamente trabalhada nas investigações de Foucault (1999).

O filósofo afirma que a invenção da sexualidade está associada a processos de formação e consolidação das instituições sociais modernas, de modo que os Estados e as organizações modernas encontraram na sexualidade um forte dispositivo de controle social.

Esse controle resultou na criação de uma política do corpo, na qual foram desenvolvidas técnicas do controle corporal que proporcionassem repressões, ajustes e, sobretudo, otimizações das aptidões dos corpos (GIDDENS, 1992).

Para Foucault (1999), a sexualidade é um produto social que tem papel expressivo nas relações de poder. Como prática de poder, a sexualidade tende a ser associada à ideia de repressão e de mobilização da lei do desejo, cujos traços principais são: a relação negativa; a instância da regra e o ciclo da interdição; a lógica da censura e a unidade do dispositivo. Assim, em relação ao sexo “o poder não pode nada”, a não ser dizer não, ou seja, o poder tem efeitos negativos como a rejeição, a exclusão, a ocultação, o mascaramento e a delimitação de fronteiras (FOUCAULT, 1999, p. 81).

O poder dita regras quanto ao sexo, determinando o que é permitido e proibido, e prescrevendo uma ordem por meio da linguagem e do discurso. Trata-se de uma função legisladora que corresponde a uma série de interdições como “não te aproximes”, “não toques”, “não tenhas prazer”, cujo objetivo principal é forçar o sexo à renúncia de si mesmo, isto é, o sexo precisa se anular para se manter, não aparecer para não desaparecer. A interdição se dá, portanto, a partir de duas inexistências. Os mecanismos de censura ao sexo se dão nos e pelos discursos que negam sua prática bem como sua existência. A lógica do poder sobre o sexo é paradoxal e relaciona o inexistente, o ilícito e o informulável, de modo que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro (FOUCAULT, 1999).

Os trabalhos de Foucault mostram que o poder se desenvolve nas sociedades de maneira misteriosa, e que a história representa descontinuidades na forma de conceber o sexo. No entanto, Giddens (1992) aponta que a teoria de Foucault dá mais relevância à sexualidade que ao gênero sexual, pois não aborda as conexões da sexualidade com o amor romântico e, conseqüentemente, com as transformações na família. Os papéis e as posições de gênero não são exploradas por Foucault de modo a descrever os comportamentos da mulher em relação à intimidade e à sexualidade, por exemplo.

A história da sexualidade de Foucault faz uma análise da ordem discursiva, mas não menciona o “eu” enquanto sujeito de práticas e mudanças sociais, no que diz respeito ao sexo. É importante considerar a hipótese repressiva e as relações de poder, mas, tratando-se do contexto moderno, o discurso sobre a sexualidade exige que sejam avaliados também o papel dos sujeitos para que se compreenda o processo de transformação. No caso do sujeito em Young, mais especificamente o sujeito feminino, o discurso repressivo apresenta “brechas” ao

longo da história, o que confere à mulher não só uma libertação para exprimir o “interdito”, como também, a possibilidade de praticar o “ilícito”, configurando resistências aos dispositivos e às técnicas de controle do corpo.

Análise semiótica das cartas de Fernanda Young: a construção linguística da enunciativa e a legitimação de estereótipos do senso comum

Para analisar as cartas de Fernanda Young, partiremos da concepção greimasiana de texto que o considera como objeto de significação. O objetivo principal da semiótica é descrever e compreender os mecanismos que são responsáveis pela geração de sentidos (GREIMAS, 2008). Dito de outro modo, nossa análise procura descrever e explicar as materialidades linguísticas presentes nas cartas de Young para então compreender os sentidos desses textos e como eles são produzidos. Assim, procuramos trabalhar na descrição dos mecanismos intradiscursivos de constituição do sentido, de modo a considerar o material de análise como um objeto histórico, que mantém relações com práticas sociais no contexto da modernidade.

Os textos de Fernanda Young publicados na revista *Cláudia* se relacionam com o universo feminino e abordam dilemas da mulher na modernidade. A escritora, que é conhecida por seus trabalhos para a televisão, tem um estilo marcante de escrever sobre o cotidiano, demonstrando, na maioria das vezes, um humor calcado em situações comuns. De um modo geral, podemos dizer que suas cartas falam de coisas do senso comum, como: feminino; beleza; casamento; filhos; trabalho. São fatores próprios da modernidade que configuram uma série de práticas e estereótipos ligados à mulher, que contribuem para a construção de diferentes identidades femininas, bem como, para o projeto reflexivo do eu.

Quanto ao gênero textual, os textos de Young podem ser considerados inovadores, pois são escritos no gênero epistolar, o que não é comum em colunas de revistas femininas. A cada edição seus textos abordam uma temática específica no formato carta, com títulos provocativos como: “Prezada mulherzinha”, “Ao clitóris”, “Para o seu marido”, “Para os que foram e não ligaram” entre outros. Os títulos podem ser considerados sugestivos, pois fazem referência ao tom assumido por Young ao se reportar à enunciativa, trata-se de um tom crítico, irônico, bem-humorado e informal. Apesar da inovação em termos de formato de publicação feminina, os textos de Young não são distintos dos demais textos publicados em

Cláudia, uma vez que abordam as mesmas questões e procuram persuadir a leitora a partir de argumentos próprios do senso comum, tais como os estereótipos femininos e os valores compartilhados na nossa sociedade.

Quanto à construção linguística da enunciadora, ressaltamos a relação entre a enunciadora-Young, a sua enunciatária e o referente da carta. A enunciadora se constrói em posição de superioridade, estabelecendo uma autoridade discursiva a partir de recursos linguísticos como os verbos modais “poder”, “saber” e “ter”. Enunciados como: (1) “Se existe alguém que pode falar o que vou falar para você, sou eu” e (2) “Tenha a humildade de admitir que sei o que estou falando” legitimam a autoridade da enunciadora, que demonstra ter conhecimento suficiente para tal, o que se deve, provavelmente, ao fato de também ser mulher e conhecer profundamente o universo feminino. Além desse recurso, a autoridade da enunciadora é fortemente marcada em expressões imperativas ou, até mesmo, em expressões que denunciem um diagnóstico da realidade da enunciatária: (3) “Chega, tá? Nunca mais caia no ridículo de fazer sexo casual”; (4) “Acredite: idiotice só te faz charmosa para os cafajestes”; (5) “É triste, amiga Mulherzinha, mas você terá que abrir mão da máscara de rímel que cobre a sua verdade” e (6) “Se você continuar assim, nunca vai aparecer aquele cara bacana”.

De um modo geral, as críticas apresentadas têm a ver com o senso comum em relação à imagem feminina. A mulher apresentada por Young, muitas vezes referida como “contemporânea”, sente a necessidade de se mostrar ativa, bela e independente, características supervalorizadas na modernidade. Nesse sentido, os textos de Young mostram que a imagem da mulher tende a ser associada a estereótipos próprios da contemporaneidade, como, por exemplo, “rainha da bateria”, “miss maravilha do mundo”, “gostosa do pedaço”, “a primeira da classe”, entre outros. Todos esses estereótipos são mobilizados pela enunciadora, com o intuito de criticar práticas denominadas por ela mesma como “coisa de mulherzinha”.

Prosseguindo na crítica à obsessão contemporânea pela construção da própria imagem, Young faz referência à questão do corpo, atributo supervalorizado socialmente, que denuncia a verdadeira corrida pela beleza existente nos dias atuais. Atividades físicas e recursos estéticos, posturas relacionadas à família e à amizade, corroboram a postura egocêntrica assumida por essa mulher, cujo intuito principal não é despertar reações em si mesma, mas sim, nas outras mulheres. De acordo com a enunciadora, a “mulherzinha” na

contemporaneidade não tem outra intenção senão produzir uma imagem com atributos valorizados socialmente e exibi-la às outras “mulherzinhas”.

Quanto ao tema da sexualidade, a enunciadora defende a liberdade sexual, empregando figuras que simbolizam argumentos próprios desse contexto, como “sangue derramado”, “machos”, “glandes” e outras como “revoluções”, “injustiças” e “trincheiras”, ou seja, figuras que argumentam em favor de uma postura feminista. Em uma das cartas analisadas, verificamos que a enunciadora estabelece um diálogo com o próprio órgão sexual feminino, o clitóris, sugerindo que ambos deveriam manter um contato maior, que favoreça a independência do prazer sexual feminino. A defesa da masturbação feminina, para a enunciadora, tem ares de revolução sexual, o que é depreendido pelo uso de expressões tais como: (7) “Nós vencemos, o machismo opressor perdeu sua longa hegemonia sobre a sociedade”; (8) “O sangue derramado não foi em vão”; (9) “Os machos e suas glandes não têm demonstrado grandes inteligências” e (10) “Nossa revolução foi completada”.

Por outro lado, há cartas de Young que evocam valores e papéis tradicionalmente atribuídos ao feminino, como o de esposa, por exemplo. Em *Para o seu marido*, Young denuncia ao marido o risco de perder a esposa, caso continue realizando práticas ditas masculinas como a traição, o contato diário com outras mulheres, a “cantada”, etc. A enunciadora procura persuadir o marido a não trair sua esposa, pois ela se enquadra no perfil convencionado para esse papel: o de esposa perfeita e fiel, portanto, não merecedora de tais práticas.

Assim, mesmo que Young enuncie pelas “brechas” dos discursos sobre sexualidade feminina, mesmo que fale de revolução sexual e inversão de papéis na sociedade, podemos dizer que suas cartas, ao mesmo tempo em que procuram se libertar de certos valores “repressivos”, evocam e legitimam estereótipos ligados à mulher. Trata-se de um movimento duplo: ao falar da liberação e da independência feminina, Young evidencia uma série de relações que se dão no sentido contrário, isto é, relações que atestam e determinam a submissão feminina a valores e papéis construídos social e historicamente para as mulheres.

Considerações finais

Tendo em vista os processos de reflexividade do eu e a transformação da intimidade, este artigo procurou aplicar alguns conceitos sociológicos na análise de textos da coluna de

Fernanda Young, a fim de compreender o modo como são lidos e por que são lidos pela sociedade contemporânea. Nesse sentido, verificamos que a leitura desses textos é efeito de práticas e convenções que constituem as relações sociais. A abordagem do “eu” na modernidade permitiu à análise a constatação de processos como a individualização, em que o “eu” produz sua própria identidade, baseando-se em valores estabelecidos e apreciados socialmente, na busca constante da auto-imagem do indivíduo.

Os textos da coluna “Cartas de Fernanda Young” mantêm uma relação com os demais textos publicados em *Cláudia*, pois fazem referência ao conjunto de valores e papéis atribuídos à mulher, reforçando estereótipos e contribuindo para o projeto reflexivo do eu. Nesses textos, são mobilizados dilemas e aspectos característicos da modernidade, tais como dúvida, insegurança, medo, aceitação, vergonha, culpa. Todos esses fatores estão diretamente associados à reformulação contínua do “eu” em face do(s) outro(s) e do conjunto de valores estabelecidos na e para a sociedade. A cada leitura, a enunciatória de *Cláudia* se vê diante de inúmeros processos reflexivos de (re)organização do “eu” bem como das transformações sofridas no campo da intimidade.

A questão da reflexividade e da intimidade presentes nos textos analisados, pois retratam o papel ativo dos indivíduos na constituição de identidades e práticas sociais relacionadas ao corpo, à sexualidade e ao casamento. Considerando os temas dos textos analisados, verificamos que a escrita de Fernanda Young privilegia a noção de gênero, mais especificamente, o feminino. Ao tratar do feminino, a escritora evidencia práticas ligadas às transformações da intimidade e à constituição de identidades na modernidade. Portanto, a leitura desses textos é motivada pelos constantes processos ligados à reflexividade do eu e à transformação da intimidade, proporcionando ao leitor a possibilidade de compreender, formular e (re)organizar suas práticas cotidianas, um fenômeno próprio da modernidade.

Agradecimentos: Agradeço à minha orientadora e amiga Profa. Vanice Sargentini por todos ensinamentos, e aos amigos de graduação Mariele Moreira e Bruno Fernando Cardoso que contribuíram de certa forma para este trabalho.

The self-identity in Fernanda Young: a semiotic and sociological approach of reading in contemporary society

Abstract: *This article aims to analyze semiotically and sociologically some letters from the author Fernanda Young, published in Claudia magazine. Considering the subjects raised by the author and the issue of reading in contemporary society, we have analyzed this linguistic material from certain sociological studies developed in the field of modernity. Thus, we intend to understand how Fernanda Young's texts construct a self-identity in contemporary women and how they approach the transformation of intimacy in modernity. To this end, we have explored the concept of "reflexivity of the self" proposed by Giddens (2002) and the reflections of Beck (2010) in the domain of intimacy. In this sense, we could verify how gender roles are constructed in marital relations and how social practices influence the ways of saying and thinking about the body and female sexuality. Regarding the semiotic analysis, we have adopted Greimas's theories in order to describe and understand intra-discursive mechanisms responsible for generating sense, considering the analyzed texts as historical objects which are related to social practices in the context of modernity. Finally, we intend to understand how and for what reasons Young's texts are read the way they are read in contemporary society.*

Keywords: *Semiotics. Sociology. Identity. Intimacy. Modernity.*

Referências bibliográficas

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. **Modernização reflexiva.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Trad. Raquel Ramallete. 20ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, S. **O mal estar na civilização.** Trad. José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Trad. Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, Joseph (2008) **Dicionário de semiótica.** Trad. Alceu D. Lima, Diana L. P. De Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. da Silva, Maria José C. Sembra, Tiekō Y. Miyazaki. São Paulo: Contexto.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade, 1995, p. 71-99.

YOUNG, F. Cartas de Fernanda Young. Revista Cláudia, ano 2010. Disponível em: <<http://claudia.abril.com.br/colunistas/fernanda-young/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2011.